

**IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR ENTRE OS GUARANI DE ANGRA DOS REIS E PARATY**

Maria Betânia Guerra Duarte

Ministério Público Federal

**Resumo:** O Ministério Público Federal (MPF) acompanha as políticas públicas para educação nas comunidades indígenas do Estado do Rio de Janeiro desde 1997. Este lapso de tempo correspondeu a um período de discussão e construção dessas políticas em nível nacional - um processo dinâmico, que contou no Rio de Janeiro com avanços e recuos por parte dos guarani e dos gestores de educação. A fiscalização que cabe ao MPF inseriu-se no bojo dessas mudanças, tornando-se o Parquet Federal também um ator neste processo. Por muito tempo a atuação da instituição consistiu no envio de ofícios e acompanhamento dos fatos por meio de relatórios antropológicos. Tendo em vista uma maior cobrança das comunidades diante da morosidade do Estado, esses instrumentos mostraram-se ineficazes. Assim, a assessoria antropológica foi a campo; articulou e ouviu os índios; elaborou relatórios diagnósticos; organizou reuniões com a comunidade, os Procuradores e os gestores visando firmar compromissos e prazos; debateu e sugeriu linhas de ação para os Procuradores. O resultado dessas medidas foi a expedição de recomendação e ajuizamento de ação judicial que, entre outras conquistas, redundou na criação do Conselho de Educação Escolar Indígena e na implementação do segundo segmento do ensino fundamental.

**Palavras-chave:** Educação escolar indígena; Comunidades guarani; Direitos indígenas.

**Introdução**

O Ministério Público Federal (MPF) acompanha as políticas públicas para educação nas comunidades indígenas do Estado do Rio de Janeiro desde 1997. Este tempo correspondeu a um período de discussão e construção dessas políticas em nível nacional - um processo dinâmico, que contou no Rio de Janeiro com avanços e recuos por parte dos guarani e dos gestores de educação. A fiscalização que cabe ao MPF inseriu-se no bojo dessas mudanças, tornando-se o Parquet Federal também um ator neste processo.

Por anos, contudo, a atuação da instituição consistiu no envio de ofícios e acompanhamento dos fatos apenas por meio de relatórios antropológicos. Tendo em vista uma maior cobrança das comunidades diante da morosidade do Estado, esses instrumentos mostraram-se ineficazes.

Isto posto, a Procuradoria da República no Município de Angra dos Reis provocada pela assessoria antropológica, acionou-a para ir a campo; articular e ouvir os índios; elaborar relatórios, diagnósticos; organizar reuniões com a comunidade, os Procuradores e os gestores, visando firmar compromissos e prazos; debater e sugerir linhas de ação para os Procuradores da República, em conjunto com os índios. O objetivo deste trabalho foi subsidiar os operadores do Direito em sua atuação, através do esboço do estado da arte dessas políticas educacionais, que será apresentado ao longo do texto.

# **I CONACSO - Congresso Nacional de Ciências Sociais: desafios da inserção em contextos contemporâneos. 23 a 25 de setembro de 2015, UFES, Vitória-ES**

## **Metodologia**

A metodologia partiu de observações etnográficas realizadas nas aldeias guarani dos Municípios de Angra dos Reis e Paraty, Estado do Rio de Janeiro, no período de 1997 a 2015. As situações de pesquisa aconteceram sempre em reuniões em que estiveram presentes as comunidades, os gestores das políticas para educação no Estado e demais atores sociais, colaboradores da implementação desse processo, tais como organizações não-governamentais, universidades, etc.

A participação da pesquisadora ocorreu na qualidade de antropóloga do Ministério Público Federal/Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, na condição de assessora de Procuradores da República com atuação no acompanhamento e fiscalização de políticas públicas para educação indígena.

A partir desse lugar, elaborou-se um inventário de problemas e de possíveis soluções apresentadas pelos indígenas. As demandas reiteradamente trazidas formaram uma pauta que se repetia em reuniões periódicas, fazendo com que, aos poucos, fossem sendo aperfeiçoadas as técnicas de enfrentamento de questões não resolvidas ou mal resolvidas.

## **Caracterização do contexto**

A título de caracterização da educação escolar indígena no Rio de Janeiro, inicialmente verifica-se que no Estado do Rio de Janeiro existem seis aldeias guarani: Aldeia Sapukai, em Angra dos Reis; *Aldeias Ka'aguy Hovy Porã* (Mata Verde Bonita) e Itaipuaçu, em Maricá; e Aldeias *Itaxin*, Arandu Mirim, Araponga e Rio Pequeno, em Paraty. Dessas comunidades, da etnia guarani, apenas a de Rio Pequeno é caracterizada como pertencente ao subgrupo kaiowá, sendo as demais designadas como do subgrupo mbyá. A população de todas as aldeias é calculada em cerca de 800 indígenas.

A Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC/RJ) é o órgão oficial responsável pela educação indígena. Os Municípios também podem atuar desde que preencham alguns requisitos previstos na Resolução CNE nº 05/2012. O Conselho Estadual de Educação do Estado do Rio de Janeiro, através do Decreto 33.033/2003, incorporou ao sistema de ensino do Estado a categoria “educação indígena” no âmbito da educação básica. Os níveis de ensino oferecidos abrangem as primeiras séries do ensino fundamental – do primeiro ao quinto ano. Neste ano de 2015 foi iniciado o 6º ano, com professores não indígenas nas aldeias de Paraty e Angra dos Reis. Há também o ensino para jovens e adultos (EJA).

## **I CONACSO - Congresso Nacional de Ciências Sociais: desafios da inserção em contextos contemporâneos. 23 a 25 de setembro de 2015, UFES, Vitória-ES**

A estrutura existente compõe-se de uma escola na Aldeia de Bracuí e três salas de extensão vinculadas, situadas nas Aldeias de Rio Pequeno, *Itaxin* e Araponga. Esse desenho foi concebido levando em conta os entraves burocráticos para implementação de escolas nas aldeias, considerando o pequeno número de crianças em cada comunidade. Além desta, que foi a primeira escola, existe também uma unidade escolar em Maricá, que funciona em um *container* fornecido pela Prefeitura. Em Itaipuaçu está pendente o atendimento à demanda de um prédio escolar.

De acordo com o documento “Comunidades Educativas Indígenas do Estado do Rio de Janeiro”, elaborado pelos guarani do Rio de Janeiro na Conferência Regional de Educação Indígena (CONEEI), realizada no Paraná em 2009, existem ao todo cerca de 180 alunos matriculados na estrutura escolar acima.

Os índios hoje reivindicam a mudança desse modelo “escola - salas de aula vinculadas”, uma vez que ao longo do tempo houve um significativo aumento populacional nas aldeias e, conseqüentemente, uma demanda maior por escolarização. Além disso, apesar de situadas no mesmo Estado, a realidade de cada comunidade é diferente da outra, apresentando necessidades e propostas diversas, afetas aos seus respectivos contextos.

Segundo indica o documento acima, nas escolas do Rio de Janeiro o que existe hoje em termos de conquistas são: prédios escolares; contratação de professores indígenas; merendeiras e zeladores indígenas; merenda escolar; proposta curricular e projeto político-pedagógico sendo construídos coletivamente; ensino bilíngüe, tendo o guarani como língua de instrução (primeira língua).

O documento aponta que todos os professores e o pessoal de apoio (merendeiras, vigias, serventes) são guarani e, no quadro das escolas, a única *jurua* (não-indígena) é a diretora. A médio prazo os índios desejam que todos os profissionais de escola sejam indígenas. No 6º ano, implantado no ano corrente, os professores são *jurua*.

Um dos problemas principais na implantação da educação indígena que prima pelo protagonismo dos índios, no Rio de Janeiro e em outros Estados, é a necessidade de capacitação para formação de professores indígenas.

Para viabilizar a contratação, o Ministério da Educação promoveu a participação dos professores indígenas das aldeias do Rio de Janeiro no Curso de Formação para Professores Indígenas Guarani das regiões Sul e Sudeste, intitulado Protocolo Guarani, ministrado em Santa Catarina de 2003 até 2010.

## **I CONACSO - Congresso Nacional de Ciências Sociais: desafios da inserção em contextos contemporâneos. 23 a 25 de setembro de 2015, UFES, Vitória-ES**

A participação no Protocolo Guarani, além de capacitar, permitiu uma reflexão sobre educação e ensejou trocas entre índios guarani originários de aldeias diversas, dos Estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Espírito Santo, São Paulo e Rio de Janeiro.

Entretanto, durante o curso, freqüentemente os professores se ausentavam de suas comunidades para as aulas presenciais no Estado de Santa Catarina e as escolas ficavam sem professor, gerando um custo alto para a comunidade. Procurava-se suprir a falta dos professores na semana do curso com monitores, o que nem sempre era possível pois não era fácil conseguir voluntários para esse papel.

### **Um processo em andamento: demandas apontadas pelos guarani**

Em 2010, após concluído o Protocolo Guarani e o curso de EJA para formação de agentes de saúde e saneamento indígenas promovido por um *pool* de universidades, em conjunto com a FUNASA, houve um momento de paralisação das ações de educação escolar que gerou grande insatisfação.

O MPF passou a ser acionado para que ocorressem mudanças nesse cenário. A partir desse chamado, a Procuradoria da República no Município de Angra dos Reis, com a assessoria antropológica do órgão, passou a organizar reuniões periódicas para resolver questões relativas à educação. Participaram dessas reuniões representantes da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, da SEEDUC/RJ, Secretarias Municipais de Educação de Paraty e Angra dos Reis, universidades, FUNAI, ONGs, professores indígenas e demais interessados na construção da agenda de educação para os povos indígenas do Estado do Rio de Janeiro. As reuniões aconteceram nas Aldeias de Bracuí, em Angra dos Reis, e Parati-mirim, em Paraty, entre 2010 e 2015.

A partir de notas e observações tomadas durante a participação nessas reuniões, destacou-se um inventário de problemas e de possíveis soluções apresentadas pelos índios e demais atores sociais, construídas coletivamente.

Em apresentação do seminário “O Rio de Janeiro continua índio”, ocorrido no Museu da Justiça/RJ, em agosto de 2015, representantes da SEEDUC/RJ sistematizaram as atuais demandas dos guarani àquela Secretaria nas seguintes:

- Ofertar ensino fundamental, médio e EJA.
- Ofertar ensino médio na modalidade de magistério indígena.
- Contratar professor indígena para escolas indígenas.

**I CONACSO - Congresso Nacional de Ciências Sociais: desafios da inserção em contextos contemporâneos. 23 a 25 de setembro de 2015, UFES, Vitória-ES**

- Construir coletivamente com a comunidade indígenas as matrizes curriculares da educação básica

- Criar cargo de professor indígena.

- Manter e ampliar a oferta de ensino nas aldeias indígenas.

- Manter a interlocução permanente entre as comunidades indígenas e os responsáveis pela promoção da educação escolar indígena nas Secretarias de Educação

- Efetivar parcerias com os Municípios que, por critérios e anuência da comunidade, executam educação escolar indígena, objetivando o atendimento e a qualidade na educação indígena.

- Reunir com a equipe gestora para alinhamento e direcionamento das demandas.

As demandas apontadas pela SEEDUC/RJ não esgotam todas as reclamações dos índios em relação à educação nas aldeias do Estado do Rio de Janeiro, surgidas nas reuniões, tais como: as crianças frequentam as escolas mas obtêm muito pouco êxito no aprendizado da leitura e da escrita; as aulas são ministradas de forma descontínua e sem currículo definido; alguns ritos da formalização da educação escolar ainda não são cumpridos, como a concessão de diploma, por exemplo, ao final de cada ciclo, até porque há uma certa indefinição quanto à seriação: as famílias cobram, sem sucesso, avaliações de resultados dos alunos, não necessariamente através de notas mas sim de aferições periódicas que tragam segurança para os pais sobre o desenvolvimento escolar dos seus filhos; falta supervisão e acompanhamento satisfatórios do processo pedagógico dos professores indígenas em suas atividades. É necessário, portanto, melhorar a organização do cotidiano escolar.

O contexto atual desmotiva os professores, resultando em evasão e deixando sobrecarregados os que permanecem. Às vezes as salas de aula vinculadas ficam muito tempo sem professores. Eventualmente a SEEDUC/RJ consegue um professor *juruá* (não indígena) substituto, que também fica desestimulado e desiste em pouco tempo de exercício;

No documento elaborado por ocasião da Conferência Regional de Educação Indígena, preparatória para a I CONEEI, os índios do Estado do Rio de Janeiro apontaram, em linhas gerais, os seguintes caminhos para melhoria, que coincidem com os apontados pela SEEDUC/RJ e observados nas reuniões nas aldeias:

## **I CONACSO - Congresso Nacional de Ciências Sociais: desafios da inserção em contextos contemporâneos. 23 a 25 de setembro de 2015, UFES, Vitória-ES**

- Transformar cada sala de extensão em uma Unidade Administrativa com CNPJ próprio, para garantir autonomia financeira e de gestão;
- Implantar o Ensino Fundamental (segundo segmento) na modalidade EJA, com organização curricular, nas aldeias de Angra e Paraty, para jovens e adultos;
- Implantar um curso de magistério indígena, presencial, nas aldeias, com módulos intercalados nas cidades de Angra e Paraty, para suprir demanda reprimida de ampliação da escola;
- Promover concurso público específico para os professores indígenas;
- Garantir representatividade indígena nos espaços de formulação e acompanhamento de políticas públicas em Educação Indígena no Estado, como: Comissão Estadual de Educação Indígena; Conselho Estadual de Educação e Conselho Municipal de Educação;
- Implantar na estrutura da SEEDUC/RJ, órgão ou departamento específico de gestão da Educação Escolar Indígena, com equipe e infra-estrutura de trabalho coerente com a demanda das escolas indígenas, conforme orientação da legislação federal;
- Ampliar a discussão nas comunidades sobre o modelo de escola mais adequado ao projeto de futuro dos Guarani no Rio de Janeiro;
- Estimular a articulação política dos professores em uma OPI – Organização dos professores indígenas, garantindo espaços de estudo e organização coletiva.

Nas reuniões realizadas entre 2010 e 2012 foram apresentadas pelos indígenas algumas idéias que complementam, reiteram e especificam a implementação das propostas acima. Tentamos sistematizá-las abaixo, procurando manter fidelidade ao sentido original das falas dos índios:

- Formalização da educação escolar (concessão de diploma, por exemplo);
- Aprovação pela SEEDUC/RJ da criação de três unidades escolares, cada uma com a sua respectiva diretoria;
- Nova formação, capacitação e treinamento dos professores indígenas mais próximo às aldeias;
- Flexibilização da legislação estadual relativa à contratação de professores indígenas;
- Contratação de professor(a) para Rio Pequeno;
- Criação do Núcleo de Educação Indígena ou Conselho de Educação Indígena,

## **I CONACSO - Congresso Nacional de Ciências Sociais: desafios da inserção em contextos contemporâneos.23 a 25 de setembro de 2015,UFES,Vitória-ES**

de acordo com o previsto na legislação;

- Ensino fundamental com terminalidade e definição de séries;
- Possibilidade da eventual contratação de professores *jurua* para agir em parceria com os indígenas, apoiando-os e orientando-os;
- Aproveitamento das iniciativas educacionais já existentes, inclusive material didático e metodologias produzidos no âmbito do curso de EJA Guarani e do Protocolo Guarani;
- Criação de uma secretaria nas escolas que comporte a organização documental: fichas dos alunos, arquivos, notas fiscais, etc;
- Mais professores e assessoria pedagógica prestada pela Secretaria de Educação, Ciência e Tecnologia de Angra dos Reis;
- Contratação dos formados pelo EJA como professores do 1º segmento;
- Apoio financeiro da SEEDUC/RJ para a criação do EJA Guarani;
- Funcionamento do EJA Guarani nas próprias comunidades, em paralelo com o ensino regular;
- Aperfeiçoamento do EJA através de encontros mais frequentes (periodicidade maior do que a mensal) e continuidade das assessorias das universidades;
- Curso de formação de professores, estruturado como magistério, em nível de ensino médio, com duração de quatro anos (600hs), desenvolvido pela UFF – Campus Angra dos Reis, em parceria com escola estadual de Angra dos Reis e com aproveitamento de proposta curricular semelhante à elaborada no âmbito do antigo Núcleo de Educação Indígena do Estado do Rio de Janeiro (NEI/RJ), extinto em 2002;
- Parceria oficial com os Municípios e instituições envolvidas através da assinatura de termos de convênio e/ou cooperação técnica entre a SEEDUC/RJ, a SME/AR e as universidades envolvidas.

Na aldeia de Parati-mirim os índios sugeriram capacitação antropológica para os professores não indígenas que trabalhem na supervisão, como forma de ambientá-los nas comunidades e na cultura guarani, a exemplo de como é desenvolvido com os profissionais de saúde que atuam nas aldeias.

### **Empecilhos e Avanços**

Algumas reivindicações dos índios foram conquistadas ao longo desses anos com o processo de discussão através das reuniões com os atores sociais, tais como a

## **I CONACSO - Congresso Nacional de Ciências Sociais: desafios da inserção em contextos contemporâneos. 23 a 25 de setembro de 2015, UFES, Vitória-ES**

criação da sala de extensão de Rio Pequeno e a contratação temporária de professor indígena para esta aldeia. Igualmente, duas turmas de EJA vieram a se formar; foi contratada monitoria para auxiliar a supervisão pedagógica; inciou-se o 6º ano em duas aldeias.

Contudo, desde 2010 encontra-se em andamento a formalização de um convênio entre a Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense - Campus Angra dos Reis e a SEEDUC/RJ, sem que obtenha-se autotização da SEEDUC/RJ para o seu início. O objetivo do convênio é oferecer o curso de magistério diferenciado no nível de ensino médio, com o envolvimento e apoio do Colégio Estadual Engenheiro Artur Vargas, situado em Angra dos Reis, em parceria com a Secretaria de Educação daquele Município. Os entraves burocráticos são imensos para o início deste curso.

Levar essa iniciativa adiante, entretanto, dependeria também da existência de alunos concluintes do ensino fundamental. Assim, a partir de 2011 a Secretaria de Educação do Município de Angra dos Reis, em parceria com a SEEDUC/RJ e com universidades, continuaria a oferecer o curso de EJA Guarani em paralelo com o curso de nível médio. Os alunos que o desejassem poderiam, inclusive, participar concomitantemente dos dois cursos – EJA e magistério-, tendo em vista a urgência de solução de problemas relativos à formação de professores indígenas e a demanda de que os profissionais de ensino sejam indígenas. Além disso, o ensino regular do primeiro segmento do ensino fundamental continuaria sendo oferecido às crianças indígenas.

Até então, ao longo da primeira década do século XXI, as principais ações da SEEDUC/RJ diziam respeito à formação dos professores indígenas, com apoio ao engajamento dos docentes no curso Protocolo Guarani, ministrado em Santa Catarina, e à contratação provisória, em paralelo, desses professores participantes do curso.

Em paralelo a essas atividades desenvolvidas pela Secretaria de Estado, foi levada a cabo uma iniciativa exitosa, por um *pool* de universidades do Rio de Janeiro, entre os anos de 2004 e 2010, sobre a qual abriremos aqui um parêntesis para contar como foi. Trata-se do curso de Ensino para Jovens e Adultos Indígenas, o EJA Guarani, concebido para a formação de agentes de saúde e saneamento indígenas.

A partir da constatação da escolaridade incompleta dos agentes indígenas de saúde (AIS) e agentes indígenas de saneamento (AISANs), com a aquisição precária da leitura e da escrita em português e em guarani, a UFRJ, o Pró-Índio/UERJ e o Laboratório da Imagem e do Olhar (Leio) / Faculdade de Educação/ UFF – atuantes desde a década de



## **I CONACSO - Congresso Nacional de Ciências Sociais: desafios da inserção em contextos contemporâneos. 23 a 25 de setembro de 2015, UFES, Vitória-ES**

noventa na formação de professores e na assessoria de produção de materiais paradidáticos junto às aldeias guarani na Baía da Ilha Grande - articularam-se para, em conjunto com a Funasa e em parceria com as Secretarias de Educação dos Municípios de Paraty e Angra dos Reis, constituir o EJA Guarani.

Duas turmas de agentes foram organizadas: uma em 2004, que se formou em 2007; outra constituída em 2007, que se formou em 2010. A escolarização teve um caráter semi-presencial com encontros presenciais mensais. O curso foi constituído em dois módulos, cada uma com a duração de dez meses. O primeiro com Português, Etnociências, Etnomatemática e Artes. O segundo com Guarani, Etnogeografia, e Etnohistória. Em cada mês houve uma concentração de três dias, em tempo integral. Entre cada encontro presencial mensal, os professores da Secretaria Municipal de Angra dos Reis (SME/AR), vinculados ao EJA, realizavam estudos dirigidos com os exercícios acordados com a assessoria e dispostos na material didático concebido em conjunto com os índios.

Considerando a importância da oralidade na cultura guarani, a organização dos temas foi realizada de acordo com seus interesses e universo cotidiano procurando privilegiar os assuntos mais presentes no trabalho dos AIS e dos AISAN nas aldeias.

O Projeto EJA Guarani atendeu aos seus objetivos, capacitando os agentes e conferindo-lhes o diploma do ensino fundamental e, em dezembro de 2010, recebeu a Medalha Paulo Freire do Ministério da Educação.

Este projeto, portanto, ocupou um lugar que estava vago, neste primeira década do século XXI, preenchendo um vácuo existente nas políticas públicas de educação para os povos indígenas do Estado. Feita essa digressão, voltamos aos impasses da educação oferecida aos indígenas pela SEEDUC/RJ.

Como dissemos anteriormente, finalizado o Curso de EJA Guarani e o Curso do Protocolo Guarani de Formação de Professores, os indígenas passaram a pressionar a SEEDUC/RJ e a Procuradoria da República para a oferta da educação escolar indígena de forma regular e satisfatória.

Em 2011, algumas reuniões e visitas foram realizadas pela SEEDUC/RJ, para conhecimento da realidade dos índios. A Secretaria iniciou um levantamento, aldeia por aldeia, dos problemas de cada escola. A partir dessas incursões em áreas indígenas, a SEEDUC/RJ apresentou uma proposta de construção de prédio escolar e de implantação de um projeto educacional já conhecido na SEEDUC/RJ – o Projeto Autonomia. Nenhuma das duas propostas, contudo, constava na agenda elaborada anteriormente pelos indígenas.

## **I CONACSO - Congresso Nacional de Ciências Sociais: desafios da inserção em contextos contemporâneos. 23 a 25 de setembro de 2015, UFES, Vitória-ES**

O Projeto Autonomia foi implantando mas não atendeu às reivindicações dos índios.

A maioria dos óbices alegados pela SEEDUC/RJ para a implantação do modelo educacional almejado são de ordem burocrática. A necessidade de contratação de professores indígenas sem a formação integralizada demorou a ser reconhecida como direito, mesmo prevista em legislação a educação diferenciada, com especificidades próprias. Persiste a demanda pela contratação definitiva, por concurso público, de professores já formados, sendo necessárias providências para encaminhamento de Projeto de Lei à Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro para aprovação.

Do mesmo modo, considerando que os prédios escolares já existem pelo menos em três aldeias, a aprovação do projeto de criação de três unidades escolares autônomas depende de autorização da SEEDUC/RJ e, principalmente, de vontade política para adaptar as normas dos não índios às necessidades dos índios.

A assessoria pedagógica é muitas vezes descontínua, fragmentada, prejudicando o cotidiano escolar. Assim, possíveis parcerias são deixadas de lado, não só entre as universidades, como também no âmbito administrativo, entre as Secretarias de Educação Municipal e Estadual, e também entre os demais participantes do processo de construção de educação indígena no Estado.

Outro grande impasse nos andamentos necessários para a implementação da educação diferenciada no Estado é, como foi colocado anteriormente, a discussão entre os indígenas sobre que escola querem e para que a querem, ou seja, para que projeto de futuro esperam que a escola vá contribuir em suas aldeias. Este é um tema que vai e volta na realidade educacional do Rio de Janeiro.

As soluções para a superação de tais obstáculos passam, sem dúvida, pelo incremento do controle social com a entrada em funcionamento do Conselho de Educação Escolar Indígena do Estado do Rio de Janeiro. Nesse *locus*, que existe em vários Estados do Brasil, os problemas e soluções são trazidos à baila e debatidos, por índios e/ou não índios, facilitando a cobrança de ações, a exemplo do que acontece nos Conselhos de Saúde Indígenas.

Nas reuniões mencionadas neste trabalho buscou-se formalizar o controle social. Nessas reuniões começaram a ganhar corpo algumas propostas dos índios. Considerando que os compromissos assumidos nas reuniões não surtiram mais efeito, o MPF expediu Recomendação para que se atendesse ao acordado e ajuizou ação civil pública, gerando resultados positivos e alguns avanços. Mas ainda há muito por fazer.

### **Considerações finais**

No acompanhamento que realizamos das políticas de educação escolar e nas reuniões das quais participamos com as comunidades do Rio de Janeiro, os índios relataram que o processo educacional diferenciado indígena no Estado é um dos mais incipientes do Brasil.

Durante muito tempo o poder público esteve ausente alimentado, tanto pela máquina burocrática e falta de vontade política, quanto pelo questionamento dos próprios índios sobre os benefícios e prejuízos que a educação escolar formal, mesmo diferenciada, poderia trazer para as suas comunidades.

Em paralelo, o projeto do curso de Ensino para Jovens e Adultos Guarani, direcionado à escolarização de agentes de saúde e saneamento conferiu aos índios um sentido especial para o aprendizado, na medida em que o conteúdo do currículo se ancorava no atendimento às demandas da sua realidade. Sentido este que caminhou na direção do diálogo intercultural e que contribuiu para afirmar esta possibilidade.

Para fazer jus ao que se conquistou até agora, é preciso valorizar os avanços obtidos na implementação da educação escolar indígena entre as aldeias de Angra dos Reis e Paraty, conquistado através do controle social ocorrido nas reuniões promovidas pelo MPF e reforçado pelas medidas subsequentes tomadas pela instituição.

O início do 6º ano, a criação do Conselho Conselho de Educação Escolar Indígena, a formação para os professores que lecionam no 6º ano e a realização do EJA foram alguns avanços.

Entretanto, questões como a contratação temporária dos professores indígenas continuam gerando situações inaceitáveis, como o fato de algumas turmas do 1º segmento terem ficado um semestre sem professor e sem aulas em 2015. Além disso, até então não foi aprovado pela SEEDUC/RJ o curso de magistério para formação de professores indígenas, proposto pela UFF desde 2010. Sem contar que o Conselho de Educação Escolar Indígena, criado em 2014, ainda não entrou em funcionamento.

O processo educacional diferenciado teve, e continua tendo, avanços e recuos. É um caminho em construção. O momento atual, de preparação para a II CONEEI, a ocorrer em 2016, nos acena maior participação, controle social e empoderamento dos guarani de Angra dos Reis e Paraty.

**Bibliografia**

- BARROS, Armando Martins; SANTOS Fernanda Muniz; BARBOSA Gabriela dos Santos (orgs.). **EJA Guarani: o registro de uma história e perspectivas atuais**. Rio de Janeiro: E-papers, 2012.
- BARROS, Armando Martins (org.). **EJA Diferenciado Indígena para Agentes Guarani de Saúde e de Saneamento – Nhembo’e Tapé. Aldeias mbyá do Rio de Janeiro. Itaxi, Araponga, Sapukai, Rio Pequeno, Mamanguá, Camboinhas**. Vol. I. Português, Etnomatemática, Etnociências. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.
- BARROS, Armando & CASTRO, Renata Pinheiro (org.). **Ara reko: memória e tempo Guarani**. Trad. MONSERRAT, Ruth & SILVA, Algemiro (Karai Miri). 2.ed. Rio de Janeiro: E-papers, 2005.
- LUCIANO, Gerssem José dos Santos. **Educação para manejo do mundo: entre as escola ideal e a escola real no Alto Rio Negro**. Rio de Janeiro: Contra Capa; Laced, 2013.
- PISSOLATO, Elizabeth. **Tape Porã, impressões e movimento – Os Guarani Mbyá no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Museu do Índio-FUNAI, 2012.
- TELLES, Lucila Silva (coord. editorial). **Maino’i rape – O caminho da sabedoria**. Rio de Janeiro: IPHAN, CNFPC:UERJ, 2009.

Documentos:

- Documento preparatório da I Conferencia Nacional de Educação Indígena – Comunidades educativas indígenas do Estado do Rio de Janeiro. 2009.
- Atas de reuniões sobre educação indígena ocorridas nas aldeias do Estado do Rio de Janeiro entre os anos de 2010 e 2015.